



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



VANESSA FERREIRA DE JESUS DE PAULA

**HISTORICIDADE E EXPERIÊNCIA NEGRA E FEMININA NO DISCURSO
POLÍTICO DE ANTONIETA DE BARROS (1930 - 1950)**

MARIANA

2025

VANESSA FERREIRA DE JESUS DE PAULA

**HISTORICIDADE E EXPERIÊNCIA NEGRA E FEMININA NO DISCURSO
POLÍTICO DE ANTONIETA DE BARROS (1930 - 1950)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História na Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Prof^a Dr^a Luisa Rauter Pereira.

MARIANA

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Vanessa Ferreira de Jesus de Paula

Historicidade e experiência negra e feminina no discurso político de Antonieta de Barros (1930–1950)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História

Aprovada em 11 de agosto de 2025

Membros da banca

Doutora - Luísa Rauter Pereira - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - André de Lemos Freixo - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luísa Rauter Pereira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 12/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Luisa Rauter Pereira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/09/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0977581** e o código CRC **3FCBBD9A**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora pela minha vida e pela determinação e perseverança de buscar alcançar meus objetivos.

À minha mãe, Ana, que sempre esteve comigo em todos os momentos de ansiedade, depressão e quando eu pensava que não conseguiria mais.

Aos meus filhos Emanuella e Christopher, por serem as razões para eu sempre procurar ser uma pessoa melhor e buscar fazer diferença ainda que mínima na vida das pessoas ao meu redor e dos meus futuros alunos, podendo ser um exemplo para eles no futuro.

Ao meu marido, pelo incentivo de perseguir meus objetivos.

Aos meus professores, pelos ensinamentos, correções e incentivos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

De uma maneira especial agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Luisa Rauter Pereira pelo carinho e dedicação que designou a mim nessa caminhada e pela paciência com a qual guiou o meu aprendizado durante essa pesquisa.

Aos amigos que estiveram ao meu lado, me apoiando nesse período em que me dediquei a esse trabalho e à minha vida acadêmica, especialmente o Danilo Borum-Kren e a Lívia pelas infindáveis caronas e conversas, Ana Clara, Bernardo, Lucas Guazelli, Amanda, Anna Carolina, Karolayne, Alisson Damascena, Ludmilla e todos os que não conseguirei citar aqui.

À Maria José e Xavier pelas conversas, incentivo e estímulo para perseguir meus sonhos.

À Universidade Federal de Ouro Preto, pública, gratuita, pela infraestrutura e fornecimento das ferramentas necessárias para a minha formação acadêmica, por permitir a realização dos sonhos da menina Vanessa e de tantas outras e outros que por ela passaram e ainda passarão.

RESUMO

O objeto central de análise deste Trabalho de Conclusão de Curso é a trajetória política e educacional de Antonieta de Barros. Mulher negra, filha e neta de ex escravizadas, professora, escritora, jornalista e primeira deputada estadual negra do Brasil. Nascida treze anos após a abolição da escravidão em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, sua trajetória intelectual e política é significativa na história educacional, e social brasileiras. Os objetivos deste trabalho são compreender a trajetória política e intelectual de Antonieta. Busca-se, também, perceber sua compreensão da história do Brasil, que embasava sua visão de mundo e seus projetos políticos. Para isso, foram analisados alguns dos seus discursos e textos, observando como ela os utilizou como instrumento de enfrentamento às estruturas sociais marcadas pelo machismo, patriarcalismo e preconceito nas primeiras décadas do século XX. Além disso, pretende-se apontar o apagamento histórico e intelectual sofrido por Antonieta, seu pioneirismo e inspiração para o movimento negro feminino e feminista no Brasil ainda que ela não se considerasse uma feminista, além de sua luta por emancipação social e educação de qualidade para todos. A metodologia adotada nesta pesquisa inclui principalmente a análise dos textos escritos por Antonieta que estão disponíveis em seu livro publicado “Farrapos de Ideias”, seus discursos, entrevistas e biografia, disponíveis nos livros: “Antonieta de Barros: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil” e “Antonieta de Barros: discursos, entrevistas, e outros textos.” escritos pela professora, escritora, jornalista e ativista negra Jeruse Romão, publicados no ano de 2023 em Florianópolis, além de alguns artigos que têm como assunto de investigação aspectos da vida pessoal e profissional de Antonieta, buscando assim a valorização de seu legado e memória.

Palavras-chave: Antonieta de Barros, professora, deputada estadual, educação, jornalista.

ABSTRACT

The central focus of this final project is the political and educational trajectory of Antonieta de Barros. A Black woman, daughter and granddaughter of formerly enslaved women, she was a teacher, writer, journalist, and the first Black state representative in Brazil. Born thirteen years after the abolition of slavery in Florianópolis, Santa Catarina state, her intellectual and political trajectory is significant in Brazilian educational and social history. The objectives of this work are to understand Antonieta's political and intellectual trajectory, her understanding of Brazilian history, which informed her worldview and political projects through the interpretation of her speeches and texts, and how she used them as a tool to confront social structures marked by machismo, patriarchy, and prejudice in the first decades of the 20th century. Furthermore, it aims to highlight the historical and intellectual erasure suffered by Antonieta, her pioneering work and inspiration for the Black women's and feminist movement in Brazil, even though she did not consider herself a feminist, as well as her struggle for social emancipation and quality education for all. The methodology adopted in this research primarily includes the analysis of texts written by Antonieta, available in her published book "Farrapos de Ideias," her speeches, interviews, and biography, available in the books: "Antonieta de Barros: Professor, writer, journalist, first Black deputy from Santa Catarina in Brazil" and "Antonieta de Barros: speeches, interviews, and other texts," written by the teacher, writer, journalist, and Black activist Jeruse Romão, published in 2023 in Florianópolis. The articles also focus on aspects of Antonieta's personal and professional life, seeking to enhance her legacy and memory.

Keywords: Antonieta de Barros, teacher, state deputy, education, journalist.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. ONDE TUDO COMEÇOU: SONHOS E REALIZAÇÕES	9
3. EDUCAR PARA TRANSFORMAR.....	12
4. O SILÊNCIO QUE GRITA: DESAFIOS DA INSERÇÃO DE MULHERES E NEGROS NA SOCIEDADE	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

Antonieta de Barros, filha de Catarina de Barros e Rodolfo José de Barros, nasceu no dia 11 de julho de 1901, em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, treze anos após a promulgação da Lei Áurea, que declara extinta a escravidão no Brasil. Filha de uma ex-cativa que trabalhava como lavadeira, Antonieta atravessou as dificuldades e preconceitos sociais de seu tempo e conseguiu se formar professora, posteriormente jornalista, escritora e primeira deputada Estadual negra de Santa Catarina e do Brasil.

Em 1918, aos 17 anos de idade, Antonieta ingressou na Escola Normal Catarinense após um rigoroso exame de admissão, onde revela suas intenções para os ofícios de professora, escritora e jornalista, se formando em 1921 com notas máximas nos exames finais. Devido à ausência de concurso público, não conseguiu oportunidade no campo da educação pública, por falta de pessoa influente que a indicasse, como revelou ao Jornal “A Noite” em entrevista, segundo Jeruse Romão, então, fundou em 1922 o Curso Particular Antonieta de Barros como mostra o trecho a seguir:

[...] Não digo que não me seduzisse, no começo, o magistério público. Mas, nos tempos que havia o poder “discricionário do pistolão”, como alcançaria eu, sem o intermédio “da cunha”, uma cadeira de professora? Era preciso enfrentar a vida e eu o fiz, com grande felicidade pode crer. Fundei um curso e entrei a dar aulas particulares [...] (Romão, Jeruse, 2023b, p. 89).

De acordo com Jeruse Romão (2023b), Antonieta de Barros, desde sua formatura, assumiu atuação propositiva e coletiva na área da educação. Como jornalista, Antonieta fez dos jornais e revistas (Revista Buliçosa, 1919; Jornal O Elegante, 1923; Revista Panal, 1924; Jornal Folha Acadêmica, 1929, entre outros) ferramentas de luta pela educação pública como revela Espíndola (2015), criticando e discutindo desde a ampliação do número de escolas, até a admissão de novos professores pelo mérito e não por privilégios, criação de bolsas escolares para alunos carentes e criação de novos cargos públicos na educação, que para Antonieta se apresentava também como possibilidade de inserção para as mulheres na sociedade e no mundo do trabalho.

A desigualdade no plano intelectual entre homens e mulheres, de acordo com Antonieta, ou seja, a exclusão das mulheres da área do saber, das decisões sociais e políticas, além da

educação feminina voltada para atividades domésticas, era o reflexo de um atraso educacional na própria mulher e da falta de oportunidades oferecidas a elas, resultado do sistema patriarcal, que limitou as mulheres social, econômica e intelectualmente, tornando-as dependentes e culpando-as por essa posição de dependência, como podemos perceber em sua crônica “Como tem sido governado o mundo. A parte das mulheres. A parte dos homens. A parte que ficou sem dono. A sábia lição da natureza.”, publicada em seu livro *Farrapos de Ideias* onde ela diz que:

[...] Embora contrários a toda partilha nessa cousa de mando, não negaram à mulher a colaboração na grande empresa.
 Deram-lhe o coração. Tinha Eva de ser toda sentimentalidade, toda doçura.
 Era a pasta da Bondade nos destinos do mundo.
 Em troca, porém, morreu-lhe o cérebro e ficou inibida de trabalhar pelo estômago, surgindo, assim, as parasitas. [...] (Barros, Antonieta de, 2022, p. 95).

Nesse trecho da crônica escrita por Antonieta, usando o pseudônimo de Maria da Ilha, podemos enxergar a exclusão das mulheres das esferas de poder e de produção, sendo relegadas ao papel secundário e restrito de esposa, mãe e dona de casa, tornando-a socialmente dependente dos homens, sendo vista muitas vezes como um peso para o homem. Antonieta critica ironicamente a contradição do sistema patriarcal, que exclui e limita a mulher e depois as culpa pela posição de dependência a que estão submetidas.

Escrevendo com o pseudônimo Maria da Ilha, Antonieta nos deixou um legado de luta pela educação e pela igualdade de gênero e raça. No início do século XX, abordou questões que permanecem atuais, como o papel das mulheres na sociedade, educação de qualidade para todos e mobilidade social. Sofreu apagamento histórico e intelectual, processo que está sendo revertido recentemente por meio de ações da Alesc (Assembléia Legislativa de Santa Catarina) e da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) entre outras, além de despertar interesse em pesquisas acadêmicas de graduação e pós graduação como por exemplo, a tese de doutorado de Maria Elizabete Espíndola intitulada “Antonieta de Barros: Educação, Gênero e Mobilidade Social em Florianópolis na primeira metade do século XX” (2015) e o artigo de Daiana da Silva e Christiane dos Santos Luciano intitulado “Antonieta de Barros e a educação como estratégia anti racista” (2022) que serão citados posteriormente neste trabalho, entre outros. Antonieta é referência para muitas mulheres que compartilham as suas lutas e defendem os mesmos ideais.

Compreender a trajetória política e intelectual de Antonieta de Barros, bem como sua vivência e luta em prol da inserção das mulheres nos espaços de decisão política e social, além da defesa por uma educação de qualidade, é também adotar um olhar diferenciado, o de uma

mulher negra, sobre como o patriarcado, o machismo e o preconceito racial impactaram diretamente a qualidade de vida das mulheres negras nas primeiras décadas do século XX. Tal compreensão permite evidenciar que, embora as políticas atuais tenham se transformado, essas formas de discriminação ainda persistem e continuam a influenciar a dinâmica social contemporânea.

Embora Antonieta de Barros não tenha atuado como historiadora nem tenha se proposto a elaborar relatos ou interpretações explicitamente históricas, sua produção discursiva revela uma leitura subjetiva e refinada da história do Brasil, perceptível em suas intervenções políticas e posicionamentos públicos.

De acordo com Luisa Rauter Pereira e Hebert Faria de Sena (2016), a área da História da Historiografia ainda apresenta uma lacuna significativa no que se refere à utilização de fontes como os debates parlamentares e os jornais. A maioria das pesquisas concentra-se predominantemente em obras e artigos vinculados a instituições acadêmicas ou científicas. A análise das discussões sobre o passado, a partir dos discursos políticos, constitui uma abordagem alternativa para a compreensão da temporalidade e das formas de representação histórica, permitindo a identificação de permanências, rupturas e particularidades frequentemente ausentes nas análises historiográficas tradicionais. Esses discursos, por serem mais espontâneos e diretos, expressam de maneira acessível o pensamento político e histórico de determinada época, configurando-se como fontes valiosas para os estudos historiográficos.

Dessa maneira, os discursos políticos de Antonieta, objeto de análise deste estudo, revelam a perspectiva singular de uma mulher negra que, ao enfrentar desigualdades sociais, o racismo estrutural e as normas patriarcais vigentes, rompeu com as barreiras impostas à sua trajetória. Suas intervenções políticas evidenciam uma postura crítica diante das injustiças, orientada pelo compromisso com a transformação social e a construção de um futuro mais justo para os grupos historicamente marginalizados.

2. ONDE TUDO COMEÇOU: SONHOS E REALIZAÇÕES

Nascida em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina em 1901, Antonieta é filha de Catarina de Barros, ex-escravizada do imigrante alemão Lourenço Waltrick e Rodolfo José de Barros, músico e voluntário da força pública.

De acordo com Jeruse Romão (2023a), Catarina e Rodolfo tiveram três filhos, Cristalino José de Barros, nascido em Florianópolis em 1897, conhecido como Lino, foi pintor e membro fundador do Centro Cívico José Boiteux e da Associação Beneficente dos Pintores de Santa Catarina. Antonieta, a segunda filha que trataremos nesta pesquisa, e Leonor de Barros, dona Nonô, também nascida em Florianópolis em 1904, foi normalista, co-fundadora, professora e diretora do Curso Particular Antonieta de Barros, professora do Instituto de Educação e do Colégio Estadual Dias Velho, diretora do Colégio Antonieta de Barros e membro do Diretório Feminino Antonieta de Barros do Partido Social Democrático na década de 1950. Por parte de pai, Antonieta teve mais três irmãos: Maria, em Minas Gerais, com quem não teve convivência, e em Florianópolis, João Clímaco e Boaventura de Barros, com quem Antonieta tinha relações afetivas e que participaram de sua campanha eleitoral (Romão, 2023a).

João Clímaco foi tipógrafo e membro da diretoria do Centro Cívico Recreativo José Boiteux (CCRJB- 1920 e 1922), Boaventura foi ativista nas causas negras na cidade de Florianópolis, pintor e também membro do CCRJB, da Associação Beneficente dos Pintores de Santa Catarina e da diretoria do Clube Negro 25 de dezembro (Romão, 2023a). Observa-se assim, que o engajamento em causas sociais fazia parte da trajetória familiar de Antonieta de Barros, voltado sobretudo para pautas relacionadas à coletividade negra, à educação e aos direitos das mulheres.

Após se tornar normalista em 1921 pela Escola Normal Catarinense com notas máximas nos exames finais, Antonieta não conseguiu ingressar na rede pública de educação por falta de concurso público e de um “pistolão”, isto é, uma indicação de uma pessoa socialmente influente. Logo em seguida, no ano de 1922, fundou a escola primária Curso Particular Antonieta de Barros, como dito anteriormente na introdução do presente trabalho. Especula-se que não foi de sua vontade exercer o magistério em outras regiões do estado, para não se afastar de sua mãe a quem Antonieta idolatrava (Romão, 2023a).

Antonieta engajou-se em diversas frentes de militância em sua trajetória, como aponta Jeruse Romão (2023b), dedicou-se a pautas sociais e militantes, participando ativamente de iniciativas propositivas e coletivas voltadas para a educação. Criticou o papel das mulheres na

sociedade das décadas de 1930-1940 e abordou reflexões sobre temas como raça, e mobilidade social. Antonieta não se deixou intimidar pelo preconceito que sofreu, tampouco pelo fato de ser a única mulher no Parlamento Catarinense.

Em 1934, foi eleita a primeira mulher negra, catarinense, deputada Estadual de Santa Catarina e igualmente do Brasil, participando ativamente de um ambiente predominantemente masculino e machista. Para exercer seu mandato, afastou-se da docência. Apoiou o gaúcho Getúlio Vargas, líder da Aliança Liberal em um primeiro momento, após a Revolução de 1930, quando o então presidente paulista, Washington Luiz, rompeu com a política do café com leite e indicou outro paulista, Júlio Prestes, à presidência da República contrariando a alternância com Minas Gerais. De acordo com Maria Elizabete Espíndola, Antonieta tornou público seu apoio à Getúlio Vargas e ao novo regime, assim como sua satisfação com os rumos tomados pela política estadual como podemos observar na crônica abaixo escrita para o jornal *República* em 24 de outubro de 1931:

Faz hoje um ano a República Nova

Com o alvorecer de 24 de outubro de 1930, devia surgir, no horizonte da pátria brasileira, o sol esplendente da vitória dos ideais populares.

Um povo não é: grande pela sua expressão numérica, nem pela extensão territorial que ocupa, mas pelo seu civismo, pelas suas conquistas espirituais, pelos ideais que lhe norteiam os destinos, pelo poder da sua vontade, orientada, sempre, para horizontes mais largos.

O brasileiro tem dado ao mundo provas incontestáveis de seu valor.

Não é esta a nossa primeira arrancada cívica.

Vinte-e-quatro de outubro é a repetição de quinze de novembro, como meste foi o de sete de abril.

Foi a um ano que um frêmito de civismo, percorrendo, de norte a sul, o país, o despertou, para a grande reivindicação.

Deve-se ao verbo e a pena incandescentes dos idealistas dum pátria melhor, a mais completa e soberba das realizações a derrota do regime, que já não satisfazia a mentalidade do Brasil novo e altaneiro.

Creio no poder da força bruta, da força armada, mas creio, também, no poder indiscutível e maravilhoso da fôrça mental.

A vitória de vinte-e-quarto nada mais é do que a concretização dos ritmos e anseios anímicos que, dispersos até então, se reuniram e potenciaram, enquanto a alma brasileira esteve aflita, genuflexa, palpitante, diante dos destinos da nacionalidade.

O triunfo de vinte-e-quatro, em que a Razão venceu à Força, e à Prepotência, é a consubstanciação, a transfiguração, em realidade palpável, do desejo de milhões de almas.

E, porque assim é:

Brasileiros! No primeiro marco da fase vital do Brasil, confraternizemo-nos, e, agora e sempre, sem ódios nem ressentimentos, elevemos, coesos, aos céos, o coração pelo ideal comum – tornar a mais linda das nações, na mais feliz das Pátrias!

Antonieta de Barros (Barros, Antonieta *apud* Espíndola, 2015, p. 138-139).

Em 1937 Vargas instaurou o Estado Novo, um período autoritário, marcado pela censura, centralização do poder, repressão política, suspensão de eleições e do Congresso,

cassando os mandatos parlamentares e afastando Antonieta de suas funções legislativas, conforme Daiana da Silva e Christiane dos Santos Luciano explicitaram em seu artigo “Antonieta de Barros e a educação como estratégia antirracista” (2022).

Antonieta de Barros defendia os direitos das mulheres, e embora não se considerasse feminista muitas de suas pautas coincidiam com as pautas feministas da época. Dentre elas, a crítica ao fato de a mulher ser tratada apenas como um enfeite, um ornamento social. A defesa do papel político e social das mulheres para além dos papéis tradicionais de mãe, esposa e apoio emocional para o marido, a reivindicação do direito ao voto e participação em decisões públicas, foram também pautas defendidas por Antonieta e estavam nas reivindicações das lutas feministas nos anos 1930.

Assim como ocorreu em sua própria trajetória, Antonieta compreendia que apenas a educação de qualidade seria capaz de promover transformações substanciais na vida dos pobres, dos negros e das mulheres. Reconhecia, contudo, que nem todos tiveram as mesmas oportunidades que ela e sua irmã, que puderam estudar, trabalhar e, por meio de dedicação e esforço, alcançar ascensão social.

3. EDUCAR PARA TRANSFORMAR

A temática educacional ocupou um lugar central na trajetória de Antonieta de Barros. Ela defendia que a educação e a cultura deveriam ser um direito universal, independente de raça, gênero ou classe social.

Enquanto professora, Antonieta destacou-se pela competência e foi amplamente reconhecida pela qualidade do ensino prestado. Juntamente com sua irmã Leonor, foram professoras dos filhos das camadas mais abastadas de Florianópolis, estendendo, ainda, o atendimento aos filhos das classes mais trabalhadoras por meio de bolsas de estudo oferecidas em sua escola. Divulgava suas matrículas, cursos e informações sobre a escola nas páginas dos classificadores dos jornais, que, a partir de 1931, passaram a incluir um número de telefone para contato. Foi por meio deste telefone que Antonieta sofreu racismo e ameaças por sua cor e ancestralidade de acordo com suas sobrinhas netas Celina e Carmosina que relataram que Antonieta ouvia coisas horríveis ao telefone conforme trecho abaixo, da entrevista com Carmosina:

Logo que fui morar com ela, em 1936, eu sempre ia atender o telefone porque para mim era uma novidade. Atendia, e as pessoas mandavam perguntar à Antonieta se ela queria vender o beijo para fazer feijoada. Eu ficava louca da vida e contava para ela. Às vezes ela dava uma risadinha; outra, ficava séria e dizia que não havia jeito. Mas ela não se deixava abater com essas coisas (Romão, Jeruse, 2023a pg. 113-114).

O relato de Carmosina evidencia que, apesar de todas as conquistas extraordinárias para uma mulher negra e de origem pobre na primeira metade do século XX, bem como o prestígio social alcançado por Antonieta de Barros, ela não esteve imune à mentalidade racista que predominava em sua época. Ainda assim, manteve-se firme em seus ideais, sem permitir que o preconceito e a visão retrógrada de alguns a desviasse de sua vocação.

Sempre engajada nas questões educacionais, em 1924 Antonieta foi co-fundadora da Liga do Magistério Catarinense, em 1934 fez parte da direção da Cruzada Nacional de Educação como 1ª secretária da Comissão Executiva Estadual, que desencadeou o movimento contra o analfabetismo no país, reunindo intelectualidades, movimentos populares e de classe no Brasil (Romão, 2023b p. 15).

Para Antonieta, apenas ser alfabetizado, saber ler e escrever não é o suficiente para promover educação de qualidade e igualitária, é preciso uma formação mais ampla que promova o pensamento crítico e o acesso ao conhecimento em geral. Ela questiona o fato de a sociedade impor obstáculos injustamente para que grande parte da população não possa acessar a educação, cultura e desenvolvimento intelectual, além de que, ressalta que o trabalho não é

apenas produção de bens ou materializar o suficiente para dar sentido à vida humana como mostra o trecho abaixo de seu texto intitulado “*Nem só de pão vive o homem*”:

[...] “Nem só de pão vive o homem”

Como, portanto, criar óbices, levantar empecilhos, para que todos não possam viver inteiramente? A vida não é só está materialização em que se consome a maior parte da Humanidade. Há a embelezá-la horizontes vastíssimos, que da planície da alfabetização, tão somente se vislumbram.

É preciso avançar, alcançar a montanha, galgá-la.

E, sem que lhes faltem sonhos, sem que lhes mingue um desejo infinito de vencer, de realizar, de escalar, de conhecer, há, na planície, e no sopé da montanha, olhos no cume inatingível, uma legião de vencidos.

São os que os fados dotarem de alma e corpo de condor, mas lhes negaram as asas, num sorriso escarninho.

E, por mais que lutem, que se esforcem, que ajam, não lhes vêem. [...]

(Da Ilha, Maria, 2022, p 27)

Antonieta pregava com veemência que as possibilidades financeiras não deveriam ser obstáculos para a educação, principalmente daqueles que por obra das desigualdades sociais e do legado da escravidão, eram dotados de potencial, talento e força de vontade, aqueles a quem ela chama de legião de vencidos, que sofrem a injustiça de não ter condições mínimas para se desenvolver plenamente, mesmo que a Constituição assegure a todos o direito à educação.

Em seu discurso para apresentar o projeto de lei que garante bolsas de estudos para estudantes carentes, Antonieta diz que o Estado deve ir ao encontro dos ricos de inteligência e pobres de dinheiro, concedendo-lhes bolsas de estudo para corrigir os desníveis que a sorte estabeleceu, conforme trecho a seguir:

[...] Os sonhos, os ideais de realização, no sentido ascendente e progressista da caminhada, nem sempre são possíveis aos economicamente menos protegidos, embora, muitas vezes, Deus lhes tenha dado, em abundância, vocação e capacidade. Daí a obrigação de o Estado amparar aqueles que querem e merecem estudar, para subir e para realizar-se. Daí, Sr. Presidente, a obrigação de o Estado vir no encontro dos ricos de inteligência e pobres de dinheiro, concedendo-lhes bolsas para estudo, com o fim de corrigir os desníveis que a sorte estabeleceu.

(Romão, Jeruse, 2023b, p 113-114)

Entende-se então, que Antonieta estava em busca de reparação histórica e social para os menos afortunados, os injustiçados socialmente como as mulheres, os pobres e os negros e negras, e que, dotados de talento natural e inteligência, mas que, porém, pelas injustiças sociais e preconceitos, não conseguem se desenvolver plenamente no campo educacional. Ela expõe a cultura, como um privilégio apenas de quem tem dinheiro, mas que deve chegar também aos que possuem inteligência e capacidade intelectual inata. Para ela, a única forma justa de

hierarquia social, deve ser baseada no conhecimento, na cultura, no mérito intelectual e moral e não no dinheiro ou nas condições de nascimento como cor da pele, gênero ou classe social.

Em 1949, Antonieta faz um discurso como deputada, para defender melhorias na educação, por meio da ampliação de cursos oferecidos, abrindo dessa forma, caminhos para os alunos de famílias pobres, que devido às suas condições financeiras não conseguiam continuar estudando além do diploma de normalista. Ela deixa claro que a educação é muito restrita, que as escolas primárias tinham como prioridade formar professores primários, ela ressalta a importância dos professores primários para que as próximas gerações não fiquem presos na ignorância e saibam pelo menos o básico, porém, também critica a falta de opções para os pobres, que conseguiam quando possível somente fazer o curso normal, se tornando professor não por vocação, mas por falta de escolha.

[...] O horizonte cultural fecha-se dentro do Estado, para os menos favorecidos, na Escola Normal. Para estes, cursar o ginásio era penetrar num caminho fechado que terminava, invariavelmente, num diploma de normalista.

Somos dos que entendem que só os ajustados ao seu caminho são capazes de palmilhá-lo com segurança e engrandecê-lo.

O Magistério é um apostolado, e, como tal, só deve ser exercido pelos que têm vocação.

Daí, sempre nos batemos pela criação de um ginásio entre nós. Pensávamos no aproveitamento de todas as inteligências que não se realizavam, em toda plenitude, por falta de ambiente.

A lei regulou o ensino normal no país, estabeleceu, como base para o curso de professor, o ginásio. Hoje todas as escolas normais e institutos de educação não podem funcionar, regularmente se não tiverem o ginásio.

O aumento de matrícula do nosso Instituto de Educação, desde que foi criado o ginásio, bem nos mostra que não pensávamos errada.

Todavia, Sr. Presidente, o curso secundário, atualmente, não se resume no ginásio. Há, ainda, os cursos Clássicos e Científico que o completam [...] (Romão, Jeruse, 2023b, p 127-128).

Para Antonieta, o magistério é uma vocação, um apostolado, e só deve ser exercido pelos que se sentem propensos e chamados à profissão. Dessa forma, ela defende que a educação deve oferecer opções diversas que atendam aos interesses de cada indivíduo, assim sendo, ela propõe a democratização do acesso ao ensino superior através da criação de cursos clássicos e científicos, que são necessários para o acesso à universidade, mas que são inacessíveis aos pobres (Romão, 2023b).

Assim como defendia o direito à educação para alunos carentes, Antonieta criticava a exclusão e limitação da mulher no quesito social e educacional. A sociedade patriarcal, em que os homens detêm o poder e favorecem o gênero masculino, relegou às mulheres um papel limitado e estereotipado, negando a elas o desenvolvimento intelectual, a racionalidade e a participação em decisões importantes. Foi imposto historicamente à mulher, e ainda está

atrelado a ela, mesmo quando ela conquista espaço no mundo trabalhista, nas disputas materiais, continua sendo socialmente obrigada a manter o papel tradicional de afetividade, doçura e sensibilidade. Passa a acumular funções, trabalha fora, cuida da casa, dos filhos e continua sendo cobrada dentro da sociedade e da família. As mulheres só conseguiram conquistar algum espaço nas atividades antes restritas aos homens, após muita luta, era natural a divisão social desigual, onde os homens buscam pela riqueza material e poder, trabalhando em função disso, sem se preocupar com as dimensões emocionais ou afetivas da vida.

Antonieta criticava ativamente o acesso limitado das mulheres à educação, e ao currículo restrito com foco em habilidades domésticas e maternais, com o objetivo de preparar essas mulheres para o papel de mãe e esposa, não como um ser humano pensante e participante ativo das questões sociais. Para ela, além de habilidades domésticas, as mulheres deveriam ter acesso à educação, com mudanças significativas no currículo a fim de dar ênfase na preparação para carreiras profissionais e independência. O trecho a seguir, exhibe uma das muitas críticas de Antonieta à condição limitada da mulher na sociedade:

A sabedoria, a inteligência representam o mais belo dos dotes com que a magnificência de Deus contemplou as criaturas.
 Diz Jó: “Não se dará por ela ouro fino, nem se pesará prata em câmbio dela. Nem se pode comprar por ouro fino de Ofir nem pelo precioso ônix nem pela safira.”
 Nessa impraticabilidade de compra há a prova de sua essência divina.
 Se é divino, por que negam à Mulher a graça deste dom?
 Será que Deus, a própria Justiça, negaria às descendentes de Eva o traço íntimo de aproximação, entre o humano e o divino?
 Pensar, agir, cultivar o belo será privativo da metade do Universo? [...] (Da Ilha, Maria, 2022, p 143).

De acordo com esse trecho da crônica “Jó é o preço da sabedoria. A Inteligência feminina e um capítulo de interrogações. Sexo fraco em defesa do sexo forte. A eloquência dos fatos. Três glórias artísticas catarinenses”, se a sabedoria é um dom divino que não pode ser comprado por ouro, prata ou pedras preciosas, por que a sociedade historicamente nega às mulheres o direito de exercê-la? Antonieta denuncia essa injustiça, pois está sendo negado às mulheres algo que o próprio Deus concedeu e que pertence igualmente a todos. É uma crítica à exclusão das mulheres das áreas do saber e do reconhecimento intelectual.

Preocupada não somente com a difusão da educação e com a qualidade desta, mas também com a qualidade de vida e reconhecimento dos professores, Antonieta apresenta em 1948, um projeto de lei que dispõe sobre os benefícios para professores das escolas particulares, onde ela salienta que antes da criação do IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes), os professores particulares não tinham uma boa perspectiva de futuro por falta

de segurança financeira, pois faltava-lhes a aposentadoria. Dessa forma, era necessária a inclusão destes professores particulares no sistema de previdência e assistência social, para que pudessem assim garantir um futuro sustentável (Romão, 2023b p. 125).

Antonieta militava em prol da educação na mesma época em que Getúlio Vargas, de acordo com Figueira (2010) cogitava a possibilidade de uma reforma educacional pautada no interesse, atividade e reflexão do aluno, a fim de transformar a sociedade através de uma nova pedagogia, a Escola Nova.

Dessa forma, a Escola Nova, segundo análise de Figueira (2010) sobre Carvalho (1989), pretendia formar novos cidadãos de acordo com os valores morais, higiênicos e econômicos da primeira metade do século XX, quando a burguesia estava emergindo como uma nova classe em ascensão, expandindo o mercado industrial. Deste modo, a Escola Nova ajudaria a moldar os cidadãos de acordo com essa nova ordem social e política, onde o trabalho estava centralizado nas fábricas. A educação então desempenharia o papel de adaptar os indivíduos a essa nova realidade.

Foram muitas as suas contribuições para a educação no Brasil tanto como professora, quanto como deputada, jornalista e escritora. Sua luta pela alfabetização e direito à educação de qualidade persiste atualmente, embora ainda haja um longo caminho a percorrer.

4. O SILÊNCIO QUE GRITA: DESAFIOS DA INSERÇÃO DE MULHERES E NEGROS NA SOCIEDADE

O período escravista no Brasil permaneceu por mais de trezentos anos e foi marcado pela violência, exploração de mão de obra africana e indígena além de condições de vida degradantes.

O racismo científico, ou seja, o uso de uma certa “ciência” para justificar a superioridade de algumas raças humanas sobre outras com base em características físicas, teve seu início no século XIX influenciando profundamente a política e sociedade da época. As desigualdades sociais foram naturalizadas, pois acreditava-se que as mesmas eram resultado de diferenças biológicas, não de processos históricos e sociais (Santos e Silva, 2018).

No Brasil pós abolição, o racismo científico e o ideal de branqueamento da população brasileira era a ideologia dominante entre as elites políticas e intelectuais., A população negra vivia extrema exclusão social, política e econômica e não havia leis de reparação ou inclusão para essas pessoas, que viviam marginalizadas, sem acesso à direitos básicos como educação, trabalho digno e moradia.

Antonieta, por ser filha de uma ex escravizada, viu de perto e sentiu na pele os estilhaços sociais que a escravidão deixou no Brasil. De acordo com (Jeruse Romão *apud* Silva e Luciano, 2022, p. 288), o Estado brasileiro no início do século XX, baseava suas leis em políticas racistas, eugenistas e higienistas que excluía ainda mais as pessoas negras, chegando a desapropriá-las de suas casas como medidas de controle social, como aconteceu com a família de Antonieta em virtude das reformas urbanas que estavam acontecendo, devido às tentativas de industrialização e modernização. Ela sofreu racismo e não se abateu pelo preconceito e pensamento machista de sua época, pelo contrário, lutou para que outros pobres, pretos e mulheres tivessem as mesmas oportunidades que ela.

Em 1951, apenas um ano antes do falecimento de Antonieta, foi promulgada a lei Federal 1.390/51, conhecida como Lei Afonso Arinos por ter sido apresentada pelo então deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco, que declara que discriminação racial seria tratada como contravenção penal perante o judiciário brasileiro. Antonieta reconhece a importância dessa legislação, porém lamenta que tenha sido necessária, pois reconhecer a discriminação racial como contravenção, era reconhecer que o racismo estava enraizado no Brasil. Podemos observar em um trecho da crônica escrita para sua coluna “Farrapos de Ideias” o sentimento inquietante de Antonieta com relação à necessidade de uma lei contra a discriminação racial no Brasil.

“Acaba o Legislativo Federal de nos dar uma lei, em que reconhece, oficialmente, o preconceito radical [sic] no país.

E, como um grito da alma brasileira – democrática, até mesmo, quando tínhamos a governar nossas cabeças coroadas – os legisladores apontam esse comportamento, como crime passível de pena.

Lendo a lei em foco, que nos vem chegando, quando, no cenário mundial, nós nos projetamos como uma potência, cuja capital deixa de ser para os nossos amigos europeus, Buenos Aires (tão mal nos conheciam), sentimos que estamos a retroceder educacionalmente.

Qualquer coisa de muito grave deve estar influenciando na nossa vida e roubando-lhes a nós mesmos, para que os legisladores tenham tomado aquela medida

O agasalho carinhoso que sempre demos a todas quantos, respeita-nos as leis e a sensibilidade, quiseram partilhar da nossa vida, constitui a mais palpável manifestação do nosso alto índice de educação.

A nossa própria formação étnica, pelo elevado índice de cruzamentos raciais, não nos podemos dar ao luxo deplorável de preconceitos de raça.”

(Da Ilha, Maria, apud Romão, Jeruse, 2023b, p.147-148).

Além da aflição de que algo grave está acontecendo na sociedade para que a legislação criminalize de algum modo o preconceito racial, Antonieta demonstra novamente uma preocupação com um possível retrocesso na educação brasileira. Ela esclarece que em um país com tamanha diversidade racial como o Brasil, o preconceito racial é um luxo deplorável e contraditório.

Para Antonieta, somente a educação, o respeito e o cultivo de valores éticos são capazes de promover uma verdadeira elevação moral, sendo assim, uma lei não é o suficiente para ressaltar virtudes morais que devem ser intrínsecas ao ser humano. Deste modo, maldade ou bondade não podem ser impostas por lei, assim como a empatia, a solidariedade e o respeito. O Brasil é um país de grande riqueza étnica, formado por indígenas, europeus e negros, de forma que, se o racismo estiver enraizado nas entranhas do país, não será uma lei sozinha que irá mudar essa situação.

No trecho abaixo, Antonieta declara que sanções legais não são suficientes para mudar comportamentos preconceituosos, pois tal feito somente poderá acontecer através da educação e tomada de consciência, a lei pune, porém não muda o caráter e não age na raiz do problema:

[...] E isto, a lei inibe, mas não educa.

E os comportamentos humanos, capazes de glorificar as criaturas, libertando-a do acanhamento e da estreiteza de sentimentos pequeninos, com os preconceitos, são frutos da educação.

E as sanções? Poderão perguntar-nos?

Que representam para elas os maus conscientes, para aqueles cujo coração não se abre para as cousas belas e perfeitas da vida?

O mau não teme as sanções, porque lhe falta educação para respeitar o próximo, tudo quanto é frente de respeito em si mesmo.

(Da Ilha, Maria, apud Romão, Jeruse, 2023b, p. 148-149)

Desta forma podemos perceber que, no pensamento de Antonieta, a lei não impede que o mal seja feito, sendo assim, o que pode realmente mudar o comportamento e o caráter humanos é apenas a educação. O desenvolvimento de pensamento crítico, a construção de identidade e de valores éticos e morais, somente são possíveis através da educação, que por sua vez, contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma lei que criminaliza o preconceito racial não será devidamente efetiva se não houver educação e formação moral e cultural, sem esses elementos, a lei é somente uma formalidade.

Os brasileiros foram intensamente influenciados pelos pensamentos racistas europeus e a ideologia do branqueamento esteve intrincada na sociedade brasileira por muito tempo e somente através da educação pode haver uma sociedade mais justa e consciente, sem preconceitos raciais.

No que se refere ao papel social da mulher, Antonieta foi uma crítica da maneira como a mulher era tratada e diminuída intelectual e socialmente na sociedade. Lutou ativamente pelos direitos das mulheres à educação de qualidade, independência e inserção no mercado de trabalho.

Antonieta não se considerava uma feminista, porém muitas de suas pautas dialogavam diretamente com a luta feminista da década de 1930, mais precisamente em 1932, como por exemplo o sufrágio feminino, o direito de votar e ser votada, elevação do nível de instrução das mulheres, acesso ao mercado de trabalho, igualdade de salário entre outras.

Em 1932, Antonieta escreve para o Jornal República, em sua coluna Farrapos de Ideias, uma crônica sobre o feminismo e o direito político das mulheres, onde reconhece que as feministas estão perto de conseguir a conquista dos direitos políticos das mulheres. Ela ressalta que essa conquista é uma interpretação correta da Constituição de 1891 (Romão 2023b, p. 131), que previa o princípio de igualdade e não proibia explicitamente o voto feminino, pois previa em seu artigo 70, título IV, Seção I, que eram eleitores "os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei", sem mencionar explicitamente que esses cidadãos precisavam ser homens. Em 1934, na primeira eleição em que as mulheres tiveram direito a votar e serem votadas, Antonieta foi eleita a primeira mulher negra Deputada Estadual pelo Estado de Santa Catarina e do Brasil

Como dito anteriormente, Antonieta acreditava que a mulher estava atrasada educacionalmente em relação ao homem pelo fato de receber primordialmente educação voltada para atividades domésticas, e desempenho do papel de esposa e mãe. Segundo Espíndola (2015), para Antonieta esse déficit no desenvolvimento intelectual das mulheres era resultado da educação de difícil acesso. A capacidade intelectual feminina era uma das pautas

de seus discursos que ressaltavam a falta de oportunidades oferecidas às mulheres e a limitação sofrida pelas mesmas ao papel emocional perante a sociedade. Tais fatores teriam culminado nesse atraso intelectual entre as mulheres cujo resultado foi a exclusão das mulheres das esferas de poder e tomada de decisão, tornando-as socialmente dependentes dos homens.

Antonieta não estava sozinha em seu intuito de inserção das mulheres na sociedade de maneira mais ativa. A primeira metade do século XX não somente no Brasil, como também na Europa, foi marcada por transformações econômicas, sociais e políticas. Em 1922, anos antes de Antonieta ser eleita deputada, Bertha Maria Júlia Lutz, uma das principais líderes do movimento feminino organizado no Brasil, fundou a associação Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que atuava em prol da emancipação feminina no início do século XX. (Dahse, 2000, p. 121)

Embora Antonieta não se declarasse uma feminista, em carta escrita para Bertha Lutz em 1936, ela lamenta não poder estar presente em reunião no CNF (Congresso Nacional Feminino) para a qual foi convidada, por não ser um Congresso científico ou técnico, ou seja, congressos que não tinham como objetivo a divulgação científica ou avanços em pesquisas acadêmicas científicas. Ela demonstra comprometimento com a causa das mulheres e oferece ajuda para que seja fundada uma organização feminina em Santa Catarina. Carta de Antonieta para Bertha Lutz (1936):

Mui distinta Patrícia:

Perdôe-me, se chego atrasada com os abraços, que lhe são devidos, por sua vitória. Recebi, ontem, do sr. Governador, um convite para representar meu Estado, no CNF, a realizar-se, êste mês, aí no Rio. No entanto, apesar de todo o meu desejo de participar dessa reunião, não me foi possível aceitar. A nossa Constituição só permite que os deputados só representem o “Estado nos Congressos científicos ou técnicos”,

Não sendo claro, neste sentido, o objetivo do CNF, eu temo dar margem a nova tentativa de cassação de nosso mandato, pelos adversários políticos, que não dormem e para quem tudo é arma de ataque.

Daí não ter podido aceitar o convite.

Todavia, isto não impede que ponhe à sua disposição toda a minha boa vontade, para a organização da filial APPF aqui no Estado.

Nada temos, ainda, organizado para a Mulher, quer dizer que os valores existem esparsos.

Se assim, julgas conveniente, mande-me suas ordens.

Agradecida pela atenção, desejando-lhe muitas felicidades, subscrevo-me, cordialmente. (Barros, Antonieta de, apud Romão, Jeruse, 2023b, p. 137)

De acordo com Espíndola (2015) ao analisar uma crônica escrita por Antonieta em 13 de maio de 1932, percebe-se que Antonieta, ao mesmo tempo em que declarava não ser uma feminista, se sentia autorizada a falar em nome das mulheres que não se identificavam com o movimento, mulheres que assim como Antonieta eram mais conservadoras e seguidoras dos

ideais cristãos que não permitiam a Antonieta comungar dos mesmos ideias libertários de algumas figuras feministas. Essa ambiguidade de pensamentos pode ser vista em algumas das crônicas escritas por Antonieta, onde ela enaltece as conquistas feministas, porém, diz não compartilhar dos mesmos ideais.

Por fim independente de se identificar ou não como feminista, Antonieta contribuiu significativamente para as conquistas sociais e direito das mulheres em uma época onde prevalecia o machismo e o preconceito de gênero.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que Antonieta de Barros possuía uma profunda compreensão da experiência histórica brasileira, que se traduziu sobretudo em sua preocupação com a educação. Sua luta por educação de qualidade para todos, pela alfabetização e valorização dos professores colaborou para a formação de um Brasil que busca corrigir os erros cometidos para com aqueles que sofreram com o legado da escravidão. De acordo com Eva Aparecida da Silva (2003) apud Silva e Luciano (2022, p. 292), o campo da educação até 1950 foi predominantemente ocupado por mulheres brancas, filhas da classe média, dessa forma, a inserção de mulheres negras além de trazer visibilidade e relevância, se configura como uma re-existência dessas mulheres, revelando um protagonismo social e político. Atualmente as políticas de reparação históricas em vigor, buscam corrigir as injustiças causadas pela escravidão e pelo colonialismo, garantem acesso dos negros à educação por meio de cotas, que reservam vagas em universidades, principalmente públicas para pessoas negras, além de leis que promovem a justiça e a equidade social visando exterminar o racismo no país.

Antonieta combateu o legado do patriarcado, buscando ativamente educação de qualidade, inserção social e no mercado de trabalho para as mulheres. Ela criticava o papel restrito das mulheres na sociedade e o atraso educacional que as confinava a uma vida de dependência. Atualmente as mulheres desempenham múltiplos papéis na sociedade, além do de mãe e esposa. Hoje, as mulheres são médicas, advogadas, juízas e o que mais elas quiserem ser. Apesar de a luta ainda não ter acabado, a mulher está longe de ser submissa e privada de direitos básicos e constitucionais.

Vale ressaltar que os anos 1930 foram marcados por intensa disputa política pelo futuro do país, como o fim da República Oligárquica, crescimento da indústria, crises econômicas, movimentos culturais, movimento negro, movimento feminista, a implantação de um novo modelo educacional, a Escola Nova, cuja pedagogia era voltada para o aluno, valorizando sua autonomia e onde o professor atuava como um mediador do conhecimento, facilitando a aprendizagem. A Revolução Constitucionalista e a Revolução de 30, também foram acontecimentos que insuflaram o pensamento de Antonieta, que, de acordo com Nunes, (2001) manifestou suas opiniões e reflexões acerca da instabilidade política da época em suas crônicas. Também podemos mencionar a Segunda Guerra Mundial e Ascensão dos Fascismos, acontecimentos que refletiram nas sociedades mundiais.

Antonieta teve sua luta esquecida por muito tempo, seus ideais e figura foram apagados histórica e intelectualmente da história do Brasil por décadas, porém, sua memória vem sendo resgatada por aqueles que compartilham de seus ideais e que buscam o reconhecimento de sua importância para a história da sociedade brasileira.

Nos últimos anos, diversas iniciativas têm sido promovidas com o objetivo de resgatar e valorizar a memória de Antonieta de Barros. Entre elas, destaca-se a inscrição de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, em 4 de janeiro de 2023, por meio da Lei nº 14.528. Outro marco importante é a criação do Museu Antonieta de Barros, que funcionará nas dependências da escola homônima, com previsão de inauguração para julho de 2026, em Florianópolis, cidade natal da homenageada. Nessa mesma cidade, há uma rua denominada Professora Antonieta de Barros (CEP 88070-700), além do Mural Antonieta de Barros, obra da artista Gugie Cavalcanti, localizado na Rua Felipe Schmidt (conforme divulgado por Jeruse Romão no TikTok @mariadailha_21)¹. Ademais, destaca-se a aprovação pela UNESCO da criação da Cátedra Antonieta de Barros: Educação para a Igualdade Social e Combate ao Racismo, bem como a concessão do título de Doutora Honoris Causa, outorgado postumamente pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (CUn/UFSC) em 10 de dezembro de 2021.

Antonieta de Barros foi, e continua sendo, uma fonte de inspiração para inúmeras pessoas que dedicam suas vidas à construção de um Brasil mais justo, igualitário e socialmente consciente. É lembrada como uma mulher que superou as barreiras impostas pelas limitações sociais, pelo preconceito racial e pelo machismo, erguendo sua voz em nome de tantos homens e mulheres negros que foram historicamente silenciados. Em sua trajetória de luta, guiada por um profundo senso de justiça e por um genuíno desejo de transformação social, Antonieta desafiou estruturas sociais rígidas, abrindo caminhos para que uma população marginalizada pudesse, ao menos, ter acesso aos direitos fundamentais que lhe eram negados.

Por fim, Antonieta de Barros deixou um legado marcante de combate às injustiças sociais, cuja relevância ainda se faz presente na sociedade brasileira contemporânea, especialmente nas discussões sobre uma educação igualitária e de qualidade, enfrentamento ao racismo, participação da mulher na vida pública e defesa das causas negras e femininas. Antonieta tornou-se uma referência tanto por sua ideologia quanto por sua militância em prol dos grupos historicamente marginalizados. Demonstrou, com sua trajetória, que é possível contribuir significativamente para a construção da história, mesmo sem formação acadêmica

¹ <https://encurtador.com.br/HA0po>

específica na área, ao refletir criticamente sobre a sociedade à luz de seu próprio contexto histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Antonieta de. **Farrapos de idéias**. Florianópolis: Skript, 2022.
- DA SILVA, D.; DOS SANTOS LUCIANO, C. Antonieta de Barros e a educação como estratégia antirracista. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 284–296, 2024
- DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 164–176, maio 2005.
- ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
- FIGUEIRA, Patrícia Fernandes Ferreira. **Laurenço Filho e a Escola Nova no Brasil: estudo sobre os Guias do Mestre da série graduada de leitura Pedrinho**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010.
- FORJAZ, Maria Cristina Soares. Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945). **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 3, p. 35–46, jul. 1984.
- NUNES, Karla Leonora Dahse. Antonieta de Barros – A novidade do voto feminino em Santa Catarina na década de trinta. **Esboços: Histórias em Contextos Globais**, Florianópolis, v. 8, n.8, p. 115 - 132, 2000. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/659>.
- NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- PEREIRA, Luisa Rauter; SENA, Hebert Faria. A historicidade do político: o debate sobre representação e cidadania no Império Brasileiro (1823-1840). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 9, n. 22, p. 258–274, 2016.
- ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil**. 2. ed. Florianópolis: Cruz e Sousa, 2023a.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: discursos, entrevistas, e outros textos**. 1. ed. Florianópolis: Urucongo, 2023b.

SANTOS, R. A. dos; SILVA, R. M. de N. B. e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253–268, mar. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1991**. Planalto.gov.br, [s.l.], 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. UFSC homenageia Antonieta de Barros com título de Doutora Honoris Causa. **Notícias UFSC**, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2021/12/ufsc-homenageia-antonieta-de-barros-com-titulo-de-doutora-honoris-causa/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Página sobre Antonieta de Barros. **Notícias UFSC**, [s.d.]. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/tags/antonieta-de-barros/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TIKTOK. Vídeo publicado por @mariadailha_21. *TikTok*, [s.l.], 2025. Disponível em: https://www.tiktok.com/@mariadailha_21.